

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.869.100 - PE (2020/0074352-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE** : SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS UNIVERSIDADES  
FEDERAIS DE PERNAMBUCO  
**OUTRO NOME** : SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS UNIVERSIDADES  
FEDERAIS DE PERNAMBUCO SEÇÃO SINDICAL DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
SINTUFEPE-SS/UFPE  
**ADVOGADOS** : THEOBALDO PIRES FERREIRA DE AZEVEDO - PE024172  
JOSE CARLOS ALMEIDA JUNIOR - PE001037  
JOSE LUIS WAGNER - RS018097  
JEFFERSON LEMOS CALACA - PE012873  
**RECORRIDO** : UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
**AGRAVANTE** : UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
**AGRAVADO** : SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS UNIVERSIDADES  
FEDERAIS DE PERNAMBUCO  
**OUTRO NOME** : SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS UNIVERSIDADES  
FEDERAIS DE PERNAMBUCO SEÇÃO SINDICAL DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
SINTUFEPE-SS/UFPE  
**ADVOGADOS** : THEOBALDO PIRES FERREIRA DE AZEVEDO - PE024172  
JOSE CARLOS ALMEIDA JUNIOR - PE001037  
JOSE LUIS WAGNER - PE047516  
JEFFERSON LEMOS CALACA - PE012873

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. REAJUSTE DE 28,86%. JUROS DE MORA. FIXAÇÃO EM 1% AO MÊS, NOS TERMOS DO ART. 3º DO DECRETO-LEI 2.322/1987, NO PERÍODO ANTERIOR À PUBLICAÇÃO DA MP 2.180-35/2001. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial, interposto pelo Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais de Pernambuco, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fls. 940-942):

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. REAJUSTE EMENTA DE 28,86%. CONDENAÇÃO IMPOSTA À FAZENDA PÚBLICA. CAUSA NÃO TRIBUTÁRIA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. AFASTAMENTO. LEGITIMIDADE DE ADVOGADO PARA PROMOVER A

EXECUÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. LEGITIMIDADE DO SINTUFEPE PARA SUBSTITUIR OS DOCENTES DA UFPE. IMPOSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO NA EXECUÇÃO. RESPEITO À COISA JULGADA. CORREÇÃO MONETÁRIA. PERÍODO ANTERIOR À INSCRIÇÃO DO CRÉDITO EM PRECATÓRIO. APLICAÇÃO DO MANUAL DE ORIENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PARA OS CÁLCULOS NA JUSTIÇA FEDERAL, DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL (CJF). IPCA-E. JUROS DE MORA. PERÍODO ANTERIOR À VIGÊNCIA DA MP Nº 2.180-35/2001. PERCENTUAL DE 0,5% AO MÊS. ARTS. 1.062 A 1.064 DO CC/1916.

1. Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que, nos autos do Processo nº 0804144-75.2016.4.05.8300 (execução de sentença contra a Fazenda Pública), afastando as alegações de ocorrência da prescrição da pretensão executória, de ilegitimidade do SINTUFEPE para executar os honorários advocatícios sucumbenciais, de falta de interesse de agir do SINTUFEPE, de necessidade de intimação do SINTUFEPE para informar se haveria litispendência e de irregularidade na representação dos substituídos, considerou, em relação à correção monetária e aos juros de mora, correta a aplicação do Manual de Cálculos da Justiça Federal, homologando os cálculos da Contadoria do Foro, com exclusão dos substituídos JOAQUIM ALVES DA MOTTRA e JOAQUIM TAVARES DE MELO NETO da execução e condenação do SINTUFEPE no pagamento de honorários advocatícios, no percentual de 10% sobre a diferença do valor apresentado pela Contadoria do Juízo e aquele apresentado pela impugnante, nos termos do art. 85, §§ 1º e 2º, do Código de Processo Civil (CPC/2015), em razão de a impugnante haver sucumbido em parte mínima do pedido, nos termos do art. 86, parágrafo único, do CPC/2015.

2. Não se há de falar em ausência de interesse de agir do SINTUFEPE quando da propositura da medida cautelar de protesto, pois o mencionado sindicato buscou evitar o aperfeiçoamento da prescrição de sua pretensão executória, ou seja, ajuizou a referida ação para prover a conservação de seus direitos, nos precisos termos do art. 867 do CPC/1973, vigente à época. Tanto foi assim que o juiz de origem não indeferiu de plano o pedido da medida cautelar de protesto, tendo por demonstrado o legítimo interesse e o protesto. Saliente-se que o SINTUFEPE deixou para requerer a execução do título judicial após o julgamento final do agravo de instrumento interposto contra a decisão, proferida nos autos do Processo nº 95.0015568-0, que estabeleceu como termo inicial do prazo prescricional o dia 16/01/2009, em decorrência da inércia da própria UFPE em disponibilizar as fichas financeiras dos substituídos. Justificada, portanto, a demora do SINTUFEPE em iniciar a execução, após a efetiva entrega das fichas financeiras. Na verdade, o SINTUFEPE, exercendo um direito que lhe cabia, obteve um dos resultados para a qual se presta a referida medida.

3. O termo inicial do prazo prescricional foi definido judicialmente como sendo o dia 16/01/2009. Assim, o prazo quinquenal começou a correr da referida data e tendo o SINTUFEPE proposto a medida cautelar de protesto em 06/12/2013, ou seja, dentro do lustrum prescricional, houve a interrupção da prescrição, que, nos termos dos arts. 8º e 9º, ambos do Decreto nº 20.910/1932, passou a correr pela metade do prazo (2,5 anos), da data do ato que a interrompeu.

Desse modo, requerida a execução em 01/06/2016, deve ser afastada a alegação de prescrição da pretensão executória, suscitada pela UFPE.

4. Os honorários advocatícios incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte, conforme dicção do art. 23 da Lei nº 8.906/1994. O STJ também já sedimentou o entendimento segundo o qual, na execução de honorários advocatícios, a legitimidade ativa é concorrente entre a parte vencedora e seus advogados.

5. Observa-se do Contrato de Repasses de Processos Judiciais (Identificador nº 4058300.2322676), firmado entre o SINTUFEPE, o advogado CLETO ARLINDO DA COSTA ALBUQUERQUE, a sociedade de advogados WAGNER ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C e a sociedade de advogados CALAÇA E ADVOGADOS ASSOCIADOS, mais precisamente do parágrafo único da Cláusula Primeira, que o referido advogado, na realidade, outorgou poderes para que as mencionadas sociedades de advogados, em seu nome, executassem os honorários advocatícios da sucumbência que lhe são devidos. Não há como afastar a natureza de procuração contida no citado parágrafo único, até porque o advogado CLETO ARLINDO DA COSTA ALBUQUERQUE expressamente conferiu poderes às sociedades de advogados em referência para executar a sua verba honorária advocatícia sucumbencial. Entender contrariamente é ir de encontro à celeridade processual e à eficiência na prestação jurisdicional, o que não seria razoável.

6. A questão acerca da legitimidade do SINTUFEPE para atuar como substituto processual dos docentes da UFPE foi objeto da decisão exequenda. Dessa forma, não se mostra possível rediscutir a matéria, na fase de cumprimento de sentença do Processo nº 95.0015568-0, sob pena de ofensa a coisa julgada.

7. O STF, quando do julgamento das ADIs nºs 4.357/DF e 4.425/DF, reconheceu, por arrastamento, a inconstitucionalidade do art. 5º da Lei nº 11.960/2009, que tinha dado nova redação ao art. 1º - F da Lei nº 9.494/1997.

8. O art. 5º da Lei nº 11.960/2009, declarado inconstitucional pelo STF, previa que, "nas condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança". Na verdade, o STF, quando do julgamento das citadas ADIs, em relação à atualização monetária, nas condenações impostas à Fazenda Pública, afastou a aplicação da TR, entendendo que esta não refletia a variação do poder aquisitivo da moeda, e apontou o IPCA-E como o índice adequado para tal finalidade.

9. Embora tal pronunciamento tenha se vinculado ao período compreendido entre a inscrição do crédito em precatório e seu efetivo pagamento, uma vez que a norma constitucional atacada (art. 100, § 12, da CF/1988, incluído pela EC nº 62/2009) dizia respeito tão somente à atualização de valores de requisitórios e não à atualização da condenação ao final da fase de conhecimento, o Pleno deste Regional já sedimentou o entendimento segundo o qual a aplicação da TR, como índice de atualização monetária, nos termos do art. 1º - F da Lei nº 9.494/1997, no período anterior à inscrição do crédito em precatório, também se mostra descabida, em razão de sua imprestabilidade como fator de correção monetária de débitos da Fazenda Pública.

10. Enquanto pendente de julgamento o RE870947/SE - o qual reconheceu a existência de repercussão geral sobre a validade jurídico-constitucional da

atualização monetária e dos juros de mora nos termos estabelecidos pelo art. 5º da Lei nº 11.960/2009 (no que toca à condenação imposta à Fazenda Pública até a expedição do requisitório), deve ser aplicado o Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal, do CJF, em vigor quando do trânsito em julgado do título judicial.

11. Ressalte-se ainda que não se há de falar em modulação dos efeitos, determinada na ADI nº 4425 QO (Questão de Ordem), que estabeleceu como data inicial da eficácia prospectiva o dia 25/03/2015, uma vez que a hipótese dos presentes autos não diz respeito a precatório já expedido. Assim, não se há de falar de afronta ao disposto no art. 27 da Lei nº 9.868/1999.

12. A aplicação do IPCA-E, , não implicará ofensa ao disposto no 102, § 2º, da CF/1988, até porque o in casu pronunciamento do STF, nos autos das ADIs nºs 4.357/DF e 4.425/DF, considerou os créditos já inscritos em precatório, não sendo esta a hipótese dos autos.

13. Logo, em relação à correção monetária, a decisão agravada não deve ser reformada, uma vez que, ao fazer incidir o IPCA-E, foi observado o disposto no Manual de Cálculos da Justiça Federal.

14. O art. 3º do Decreto-Lei nº 2.322/1987 trata da aplicação de juros, à taxa de 1% ao mês, sobre a correção monetária dos créditos trabalhistas, não sendo esta a hipótese dos autos. No período de 18/01/1996 a 23/08/2001, ou seja, momento anterior à vigência da MP nº 2.180-35/2001, devem incidir os juros moratórios à taxa de 0,5% ao mês (6% ao ano), nos termos dos arts. 1.062 a 1.064 do CC/1916, conforme, inclusive, faz previsão o próprio Manual de Cálculos da Justiça Federal.

15. A decisão agravada deve ser reformada apenas para que, no período de 18/01/1996 a 23/08/2001, incidam juros moratórios à taxa de 0,5% ao mês (6% ao ano), nos termos dos arts. 1.062 a 1.064 do CC/1916.

16. Precedentes do STJ e desta Corte: AgInt no REsp1487400/PR; AgRg no REsp965.483/RS; EEX260/PE (Relator: Desembargador Federal Roberto Machado); 08035246820134058300 APELREEX/PE (Relator: Desembargador Federal Élio Wanderley de Siqueira); 08000711520154058003 AC/AL (Relator: Desembargador Federal Paulo Machado Cordeiro); 08000466320154058403 (Relator: Desembargador Federal Convocado Manuel Maia, AC/RN e 08052097620164050000 AG/SE (Relator: Desembargador Federal Edílson Nobre).

17. Agravo de instrumento parcialmente provido.

Embargos de declaração, opostos por ambas as partes, rejeitados.

Preliminarmente, o recorrente alega violação dos artigos 489, § 1º, IV, e 1.022, II, e parágrafo único, I, do CPC/2015, ao argumento de que a Corte de origem não se manifestou "quanto ao atual posicionamento do E. STJ em relação dos juros de mora, firmado através do , onde restou REsp nº 1.205.946/SP - representativo da controvérsia concluído que as alterações do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, introduzidas pela Medida Provisória nº 2.180-35/2001, têm aplicação imediata aos processos em curso, com base no princípio *tempus regit actum*" (fl. 1.141).

Quanto à questão de fundo, sustenta ofensa aos artigos 1º-F da Lei nº 9.494/97, 3º do Decreto-Lei nº 2.322/1987 e 39, § 1º, da Lei 8.177/1991, sob os seguintes argumentos: (a) "tratando-se de crédito de natureza alimentar, os arts. 3º do Decreto-Lei nº 2.322/87 e 39, § 1º, são aplicáveis ao caso dos autos, os quais fixam a taxa de juros em 1% (um por cento) da Lei nº 8.177/91 ao mês, e não o art. 1.062 do Código Civil de 1916, como prega equivocadamente o acórdão regional" (fl. 1.145); (b) "a partir do julgamento do REsp repetitivo 1.205.946/SP, esta E. Corte Superior consolidou o

entendimento de que a legislação aplicável a respeito dos juros de mora não tem efeitos retroativos"; e (c) "aplicando-se as leis imediatamente ao processo em curso, deve ser fixada a taxa de juros moratórios em 12% (doze por cento) ao ano até a publicação da MP nº 2.180-35/2001, que acresceu o art. 1.º-F à Lei nº 9.494/97, e, a partir de então, em 6% (seis por cento) ao ano" (fl. 1.147).

Com contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 1.251-1.252.

É o relatório. Passo a decidir.

De início, afasta-se a alegada violação do artigo 1.022, II, e parágrafo único, I, do CPC/2015, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

Da mesma forma, afasta-se a alegada afronta ao artigo 489, § 1º, IV, do CPC/2015, pois o Tribunal de origem prestou a tutela jurisdicional por meio de fundamentação jurídica que condiz com a resolução do conflito de interesses apresentado pelas partes, havendo pertinência entre os fundamentos e a conclusão do que decidido. A aplicação do direito ao caso, ainda que através de solução jurídica diversa da pretendida por um dos litigantes, não induz negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Ainda nessa esteira, frise-se que a jurisprudência deste Superior Tribunal é firme no sentido de que "o julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida" (EDcl no AgRg nos EREsp 1.483.155/BA, Rel. Ministro Og Fernandes, Corte Especial, DJe 3/8/2016).

Quanto ao mérito, no que se refere à apontada violação dos arts. 1º-F da Lei 9.494/1997, 3º do Decreto-Lei 2.322/1987 e 39, § 1º, da Lei 8.177/1991, haja vista que deve ser fixada a taxa de juros moratórios em 12% (doze por cento) ao ano até a publicação da MP 2.180-35/01, que acresceu o art. 1º-F à Lei nº 9.494/97, merece prosperar o apelo especial.

Com efeito, colhe-se do aresto vergastado, proferido em sede de embargos de declaração, a seguinte fundamentação (fl. 1.050):

[...]

Ademais, também não procede o argumento suscitado pelo Sindicato quanto à omissão em relação aos juros de mora, eis que a Turma Julgadora entendeu que *"no período de 18/01/1996 a 23/08/2001, ou seja, momento anterior à vigência da MP nº 2.180-35/2001, devem incidir os juros moratórios à taxa de 0,5% ao mês (6% ao ano), nos termos dos arts. 1.062 a 1.064 do CC/1916, conforme, inclusive, faz previsão o próprio Manual de Cálculos da Justiça Federal"*. Ademais, colacionou aresto desta Corte Regional no mesmo sentido (TRF5, PROCESSO: 08052097620164050000), e por fim, decidiu pela aplicação dos juros moratórios à taxa de 0,5% ao mês (6% ao ano), no período de 18/01/1996 a 23/08/2001.

[...]

Do que se observa, a conclusão alcançada pela Corte de origem vai de encontro à jurisprudência desta Corte, segundo a qual as alterações trazidas ao artigo 1º-F da Lei 9.494/97 são aplicadas, de imediato, aos processos em andamento, sem efeitos retroativos

(REsp 1.205.946/SP, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe 2/2/2012).

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. POSSIBILIDADE DE REVISÃO QUANDO IRRISÓRIOS OU EXORBITANTES E VERIFICÁVEIS DE PLANO. VALOR FIXADO EM PATAMAR ÍNFINITO. 10% DO VALOR DA CAUSA, (R\$ 378,00). MAJORAÇÃO PARA 5% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO, TENDO EM VISTA QUE A CONTENDA JÁ PERDURA POR 15 ANOS. JUROS DE MORA. FIXAÇÃO EM 1% AO MÊS, NOS TERMOS DO ART. 3º. DO DECRETO-LEI 2.322/1987, NO PERÍODO ANTERIOR À PUBLICAÇÃO DA MP 2.180-35/2001. AGRAVO INTERNO DA UNIÃO DESPROVIDO E AGRAVO INTERNO DE IBIRÓ DOS SANTOS PROVIDO. [...]

3. Esta Corte tem orientação de que, em se tratando de condenação imposta à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a Servidores Públicos, os juros de mora incidirão no percentual de 1% ao mês, nos termos do art. 3º. do Decreto 2.322/1987, no período anterior a 24.8.2001, data de publicação da Medida Provisória 2.180-35, que acresceu o art. 1º.-F à Lei 9.494/1997. Precedentes: AgInt no AgRg no REsp. 1.282.125/SP, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 24.10.2016 e REsp. 1.546.133/RS, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 8.4.2016.

4. Agravo Interno da União desprovido e Agravo Interno de Ibiró dos Santos provido, para determinar que os juros de mora incidentes sobre as parcelas que precedem a edição da MP 2.181/2001 sejam aplicados no patamar de 1% ao mês, nos termos do Decreto 2.322/1987 (AgInt no AgRg no REsp 1301280/RJ, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 17/04/2017)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. JUROS MORATÓRIOS EM CONDENAÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. COGNOSCÍVEL DE OFÍCIO. NÃO SUBMISSÃO AOS INSTITUTOS DA PRECLUSÃO E DA COISA JULGADA. PARÂMETROS DEFINIDOS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE. PRINCÍPIO DO *TEMPUS REGIT ACTUM*. APLICAÇÃO IMEDIATA AOS PROCESSOS EM CURSO DA LEI 11.960/90, EM RAZÃO DE SUA NATUREZA PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. [...] (AgRg no REsp 1.427.357/PR, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 4/8/2014)

Ainda, no mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CARÁTER INFRINGENTE. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA 2.180-35/2001 A PARTIR DE SUA EDIÇÃO. ÍNDICE DE 6% AO ANO. DECLARATÓRIOS RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL, AO QUAL SE DÁ PROVIMENTO. [...]

2. A Corte Federal divergiu da jurisprudência pacífica deste Superior Tribunal de Justiça ao determinar a incidência de juros de 12% ao ano para todo o período relativo à execução, sem levar em consideração a

incidência da Medida Provisória 2.180-35/2001, que alterou o artigo 1o.-F da Lei 9.494/97, fixando juros de mora de 6% ao ano a partir da edição do referido diploma legal.

3. *Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se dá provimento.* (AgRg no REsp 1.142.466/RS, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe 17/3/2015).

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. JUROS DE MORA. ART. 1º-F DA LEI N. 9.494/97. APLICAÇÃO IMEDIATA AOS PROCESSOS EM CURSO. EMBARGOS ACOLHIDOS.

1. No pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores públicos, os juros moratórios incidem da seguinte forma: (a) no percentual de 1% ao mês, nos termos do art. 3.º do Decreto n. 2.322/1987, no período anterior a 24/8/2001, data de publicação da Medida Provisória n. 2.180-35, que acresceu o art. 1.º-F à Lei n. 9.494/1997; (b) no percentual de 0,5% ao mês, a partir da MP n. 2.180-35/2001 até o advento da Lei n. 11.960, de 30/6/2009, que deu nova redação ao art. 1.º-F da Lei n. 9.494/1997; e (c) no percentual estabelecido para caderneta de poupança, a partir da vigência da Lei n. 11.960/2009.

2. Embargos de declaração acolhidos. (EDcl no AgRg no REsp 1.125.190/PR, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 23/2/2016)

Sob esse enfoque, destaca-se que a Primeira Seção desta Corte, no julgamento do REsp 1.495.144/RS, representativo da controvérsia, observando a repercussão geral firmada pelo Supremo Tribunal Federal no RE n. 870.947/SE, assentou as seguintes diretrizes quanto à aplicabilidade do art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, com redação dada pela Lei n. 11.960/2009, em relação às condenações impostas à Fazenda Pública:

[...]

"3.1.1 Condenações judiciais referentes a servidores e empregados públicos. As condenações judiciais referentes a servidores e empregados públicos sujeitam-se aos seguintes encargos: (a) até julho/2001: juros de mora: 1% ao mês (capitalização simples); correção monetária: índices previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, com destaque para a incidência do IPCA-E a partir de janeiro/2001; (b) agosto/2001 a junho/2009: juros de mora: 0,5% ao mês; correção monetária: IPCA-E; (c) a partir de julho/2009: juros de mora: remuneração oficial da caderneta de poupança; correção monetária: IPCA-E".

[...]

Sendo assim, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidor público, os juros de mora devem ser fixados em 1% ao mês, nos termos do art. 3º Decreto 2.322/1987, no período anterior à edição da Medida Provisória 2.180-35/2001.

Dessa feita, merece reforma o acórdão recorrido quanto ao ponto, de modo que seja aplicado ao presente caso o entendimento firmado no julgamento do referido recurso especial repetitivo.

Ante o exposto, **dou parcial provimento ao recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

Ministro BENEDITO GONÇALVES  
Relator